

Bolsonaro resolve não comparecer

O ex-presidente Jair Bolsonaro não deve comparecer ao julgamento na Primeira Turma do STF, no qual é réu por tentativa de golpe de Estado. Apesar da possibilidade de solicitar autorização para acompanhar presencialmente a sessão, a tendência é de que ele resolva não ir. A defesa avalia que a ida ao tribunal poderia transformar a avaliação do processo em um ato político e fragilizar a estratégia jurídica.

Caso decidisse comparecer, a presença dele dependeria de autorização do ministro Alexandre de Moraes, relator da ação. Nos bastidores, aliados afirmam que o ex-presidente cogitou uma aparição pontual, como gesto simbólico de "resistência", mas nenhum pedido formal foi encaminhado ao Supremo.

A assessoria de Damares informou ao **Correio** que a reunião durou aproximadamente duas horas e incluiu momentos de oração. Bolsonaro, conforme relatado, mostrou-se animado durante a visita.

Do lado político, a oposição organiza seus movimentos. Parlamentares do PL se reúnem hoje, na residência do líder da oposição na Câmara, Luciano Zucco (PL-RS), para alinhar estratégias de reação ao julgamento. A

expectativa é manter a coesão entre os parlamentares, definir a comunicação com a base bolsonarista e discutir próximos passos diante da possibilidade de condenação do ex-presidente.

As atenções também se voltam para os atos programados para o **7 de Setembro**. Convocados por aliados de Bolsonaro, eles devem ocorrer em Brasília, São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte, cinco dias após a abertura do julgamento. As manifestações são tratadas pelos organizadores como espaço para reforçar pautas da direita, incluindo pedidos de anistia para os investigados pelos ataques de 8 de janeiro. Convocações circulam nas redes desde agosto, com destaque para Brasília, apontada como palco central da mobilização, que deve contar com lideranças políticas e forte presença de apoiadores.

Câmara

O presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos-PB), afirmou ontem, no Fórum Nordeste 2025, no Recife, que manterá a serenidade e o equilíbrio na condução da Casa para garantir o andamento da pauta da semana. A afirmação foi por conta da expectativa de um novo "motim"

Antonio Augusto/STF



Primeira Turma do STF, onde o ex-presidente e outros sete réus serão julgados por ataque à democracia

Sem tensão

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Luís Roberto Barroso, comentou sobre as comemorações pelo 7 de Setembro e disse que elas devem ocorrer dentro da normalidade, mesmo com o desenrolar do julgamento de Bolsonaro. "É a data da Independência do Brasil que deve ser comemorada com alegria por liberais, por conservadores e por progressistas. Não há nenhuma razão para haver nenhum tipo de tensão no século 21", frisou.

da oposição devido ao julgamento do ex-presidente Jair Bolsonaro e de outros sete réus, que começa hoje, no Supremo Tribunal Federal

(STF), sobre a tentativa de golpe de Estado depois das eleições de 2022. A sessão coincide com a data da reunião de líderes para definição dos

temas prioritários para a semana de votações.

"Amanhã (hoje) teremos reunião de líderes para definir a pauta. Sabemos que o julgamento traz algumas implicações políticas, o que é natural pela abrangência do caso. Mas vamos procurar conduzir a Câmara com muita serenidade e equilíbrio para que possamos garantir o andamento dos trabalhos", afirmou Motta.

O presidente da Câmara também comentou o pedido do deputado Eduardo Bolsonaro (PL-SP) para exercer o mandato a



Sabemos que o julgamento traz algumas implicações políticas, o que é natural pela abrangência do caso. Mas vamos procurar conduzir a Câmara com muita serenidade e equilíbrio para que possamos garantir o andamento dos trabalhos"

Hugo Motta (Republicanos-PB), presidente da Câmara

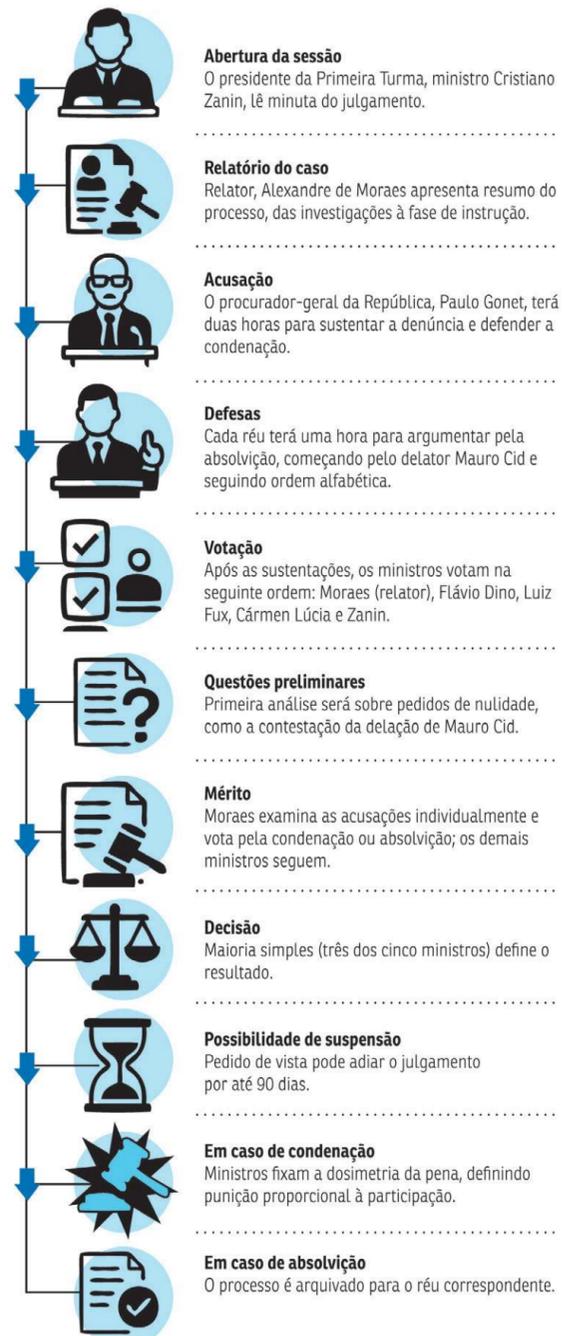
distância — ele está nos Estados Unidos desde março e atua junto a interlocutores do governo Donald Trump em prejuízo do Brasil, a fim de tentar influir no julgamento do pai. Segundo Motta, a decisão será tomada com base no regimento interno da Casa.

"Vamos avaliar sempre obedecendo o regimento e dando tratamento igual a todos os deputados e deputadas", disse. (Alicia Bernardes, Victor Correia, Danandra Rocha, Wal Lima e Rafaela Bonfim, estagiária sob a supervisão de Cida Barbosa)

Passo a passo

A sessão desta terça-feira terá relatório de Alexandre de Moraes, sustentação oral do procurador-geral, Paulo Gonet, e defesas dos réus antes dos votos dos ministros.

PONTO A PONTO DO RITO DO JULGAMENTO



Fonte: STF

As etapas da ofensiva golpista

Desinformação sobre o sistema eleitoral

» A PGR aponta para os primeiros indícios de um plano golpista em 2021, com uma campanha de desinformação de Bolsonaro, destinada a disseminar suspeitas de fraude nas eleições presidenciais de 2022 para "manter o ambiente propício à intervenção militar".

» Segundo as investigações, durante uma reunião ministerial anterior às eleições, Bolsonaro insinuou que a oposição havia preparado tudo para que seu adversário, Lula, vencesse no primeiro turno mediante fraude.

» Posteriormente, o então presidente reiterou os ataques ao sistema eletrônico de votação durante um encontro com embaixadores. Na interpretação da PGR, "preparava-se a comunidade internacional para o desrespeito à vontade popular apurada nas eleições de outubro".

» Por esses atos, Bolsonaro foi declarado inelegível até 2030 pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Reuniões no Palácio da Alvorada

» Após a derrota no segundo turno para Lula, Bolsonaro começou a discutir opções para se manter no poder com vários de seus colaboradores no Palácio da Alvorada.

» Segundo declarações de seu ex-ajudante-de-ordens Mauro Cid, em delação premiada, Bolsonaro recebeu e fez ajustes em uma minuta de decreto que previa a decretação de estado de sítio, a prisão de autoridades e a criação de um conselho eleitoral para convocar novas eleições.

» A falta de apoio do alto comando militar teria impedido que o plano se concretizasse.

» O general Marco Antônio Freire Gomes, então comandante do Exército, admitiu, em seu depoimento ao Supremo Tribunal Federal (STF), que foi discutida a implementação de medidas excepcionais, como "estado de defesa ou de sítio". "Alertei ao senhor presidente que poderia ser implicado juridicamente" por esses planos, declarou o general.

» O ex-comandante da Aeronáutica Carlos de Almeida Baptista Júnior disse ter se oposto abertamente: "Falei com o presidente Bolsonaro: 'Aconteça o que acontecer, no dia 1º o senhor não será presidente'".

» Bolsonaro, por sua vez, disse ao Supremo que teve apenas uma "conversa informal para ver se existia alguma hipótese de um dispositivo constitucional" para invalidar resultados eleitorais. "Nunca se falou em golpe", assegurou.

» **Plano de assassinato**
»> A denúncia forneceu detalhes de um suposto plano denominado "Punhal Verde e Amarelo" para assassinar o presidente Lula, seu vice, Geraldo Alckmin, e o ministro Alexandre de Moraes, do STF, relator do processo.

» O general Mário Fernandes, secretário-executivo da Secretaria-Geral da Presidência da República durante o mandato de Bolsonaro, confirmou ao Supremo que redigiu e imprimiu o documento com o planejamento do assassinato de

autoridades no Palácio do Planalto, mas disse que o documento era um "pensamento digitalizado" dele e que não o compartilhou.

» A PGR, no entanto, acusou o militar de levar o plano ao Palácio da Alvorada para tratativas com Bolsonaro com a intenção de executá-lo dias depois, em 15 de dezembro de 2022.

» **8/1: a "última esperança"**
» Bolsonaro viajou aos Estados Unidos na antevéspera da cerimônia de posse de Lula, em 1º de janeiro de 2023.

» Uma semana depois, em 8 de janeiro, milhares de bolsonaristas invadiram e vandalizaram as sedes dos Três Poderes em Brasília, exigindo uma intervenção militar para tirar Lula do poder.

» Para o procurador-geral da República, Paulo Gonet, esses atos foram incentivados pela organização criminosa liderada pelo ex-presidente. Ele descreveu os atos de 8 de janeiro como a "esperança final" dos supostos golpistas.

Destaque na imprensa norte-americana

O julgamento do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) e de mais sete réus do "núcleo crucial" da tentativa de golpe, que começa hoje, foi destaque no jornal *The Washington Post* (WP), um dos principais dos Estados Unidos.

Segundo o *The Post*, o julgamento de Bolsonaro, aliados próximos e militares de alta patente marca uma inflexão na história política do Brasil. É a primeira vez que uma tentativa de rompimento da ordem institucional vai a julgamento. Além da tradição política, há um enfrentamento contra o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, que tentou coagir o julgamento com sanções contra o país e o relator do processo, o ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF).

"Durante décadas, estudei mais de uma dúzia de golpes e tentativas de golpe, e todos eles resultaram em impunidade ou anistia", disse ao *The Post* o historiador Carlos Fico, um dos principais pesquisadores sobre a questão militar do país. "Desta vez, será diferente."

Na mesma linha, a historiadora Lília Schwarcz afirmou ao jornal que o julgamento contra Bolsonaro e aliados é "simbólico" por romper

um "pacto de silêncio" sobre os militares. Mesmo após a redemocratização, os crimes da ditadura militar nunca foram julgados, em razão de uma Lei de Anistia proposta e aprovada pelo próprio regime em 1979.

O *The Washington Post* também destacou que o julgamento ocorrerá após uma "ruptura crescente" entre Brasil e Estados Unidos, promovida pelo presidente Donald Trump. O governo americano realiza uma investigação contra o Brasil desde maio, quando o secretário de Estado, Marco Rubio, afirmou que o governo Trump avaliava sanções contra Moraes. As tensões se intensificaram a partir de julho, quando o presidente americano manifestou-se ante o que chamou de "caça às bruxas" contra Bolsonaro, anunciou tarifas adicionais a produtos brasileiros e revogou vistos de autoridades. Além disso, Moraes foi sancionado com base na Lei Magnitsky.

Os atos do governo americano em relação a Moraes foram precedidos de uma campanha de bolsonaristas contra o magistrado no exterior. Embora tenha se intensificado com a atuação do deputado federal Eduardo Bolsonaro (PL-SP) no

primeiro semestre deste ano, a campanha estava em curso desde 2024, quando o ministro entrou em embate com Elon Musk.

Apesar da investida do governo americano, a ação penal seguiu seu curso. "Em vez de recuar, o Brasil aumentou a pressão sobre o ex-presidente e seus aliados", destacou o *The Post*. "A Polícia Federal do Brasil indiciou (Jair) Bolsonaro e seu filho, Eduardo, citando as repetidas reuniões do deputado federal com funcionários da Casa Branca, onde ele incentivou medidas punitivas contra o Brasil."

Impacto

A tarifa de 50% imposta pelos EUA a produtos brasileiros impactou a ação penal em que Bolsonaro é réu. Moraes considerou que as tarifas demonstravam uma tentativa de coação do curso do processo e impôs medidas cautelares ao ex-presidente. Após o descumprimento reiterado da restrição de uso de redes sociais, Bolsonaro teve a prisão domiciliar decretada em 4 de agosto.

"Não há a menor possibilidade de recuar nem um milímetro",

disse Alexandre de Moraes, em entrevista ao *The Washington Post* publicada em 18 de agosto. "Faremos o que é certo: receberemos a acusação, analisaremos as provas e quem deve ser condenado será condenado, e quem deve ser absolvido será absolvido."

O *New York Times* também deu destaque ao julgamento do ex-presidente. No título da reportagem de ontem, destacou: "Com medo de fuga de Bolsonaro, Brasil aperta o cerco antes do julgamento do golpe."

O diário ressaltou que o STF vai analisar o caso do ex-presidente, por tentativa de golpe de Estado, e ressaltou que Bolsonaro "está sendo monitorado de perto pelas autoridades brasileiras, que temem que ele tente fugir".

O NYT também enfatizou que a pressão de Trump contra o Brasil parece ter aumentado a determinação do STF de levar o ex-presidente a julgamento. Ainda questionou se a Corte se concedeu poderes demais ou se apenas reagiu a ofensivas contra a democracia.

» **Leia mais sobre a trama golpista nas páginas 4, 5 e 14**